

#### 7 – A Ordem Social

O homem vive em sociedade e está preso a uma série de relações. Estas relações podem ser de família, amizade, profissional, comércio, moral, direito, de religião. Para evitar o caos, estas relações são padronizadas e obedecem a uma ordem social. As liberdades são limitadas e condicionadas à determinismos legais em prol do bem comum. As religiões, a moral e as leis humanas buscam regulamentar o comportamento humano para estabelecer uma ordem, mas muitas vezes se confundem.

A ciência do Direito Penal descreve relevantes comportamentos mais danosos como crimes, quando um indivíduo atenta contra a vida, a integridade física, a liberdade de outro indivíduo. Com lastro na liberdade de escolha (causa) e no determinismo do efeito, o direito penal responsabiliza os infratores pelos crimes com as penas privativas de liberdade (prisão), multa, cassação de direitos (apreensão da CNH, proibição de concorrer em concursos públicos e eleições). De um prisma biológico, as normas penais não se baseiam em instintos biológicos, mas na crença em uma ordem imaginada pelo homem. Ou seja, uma ordem metafísica.

Localizada no tempo-espaço, a moral regula a cultura de povo no que diz respeito ao certo e errado, ao bem e ao mal. A título de exemplo, ceder uma cadeira em um ônibus para uma grávida ou um idoso é uma regra moral do nosso povo. Isto não é norma jurídica, pois a lei não obriga ninguém a ceder seu lugar. Não é norma religiosa, pois nenhuma religião obriga ceder o lugar. Agora, esta regra moral é limitada no tempo e no espaço. Ou seja, ela pode deixar de existir no futuro (se inexistir ônibus) e pode não ser obrigação moral em outras localidades.

Igualmente, a ética centra-se no certo e no errado. Ora ela foca os princípios, ora ela foca a caráter, ora ela foca o fim. A ética que centra nos princípios é chamada de Deontologia. Esta tem o radical grego "deon" que significa dever. A execução das obrigações é inquestionável ainda que o resultado prejudique alguém. Fazendo contraponto, o utilitarismo prevê as consequências positivas da escolha. O fim justificaria os meios. Já a ética da virtude busca o subjetivismo do caráter. A Ética,



disciplina da filosofia, estuda a moral. O objeto de estudo dela são a natureza, finalidade, justificativa e princípios fundamentais das normas morais. A moral e a ética sempre envolvem escolhas e decisões que atingem o próximo para o bem ou para o mal. Por isto, toda profissão tem um código de ética, muitas vezes escrito, que regula o profissional com relação aos colegas e aos cidadãos.

De forma semelhante, as religiões regulam o comportamento dos fiéis em relação ao Criador e à sociedade. A Teologia estuda as divindades, doutrinas e crenças das religiões. Para a teologia ocidental e cristã, a fé é a virtude maior. Pecado é a prática de ilícito divino contrário à lei eterna, pois causa ofensa a Deus. Esta ofensa produz uma sentença divina: o envio da alma pecadora ao inferno. Este tem uma ideia de fogo eterno. Adão e Eva praticaram o pecado original, descumpriram a proibição divina de não comer o fruto da árvore do conhecimento. Na verdade, uma maça. Deste modo, o pecado original para os cristãos condenou toda a humanidade. Mas Jesus nos salvou, diz algumas religiões.

A Inquisição, fundada no final da Idade Média, foi um tribunal estatal-religioso para obrigar os fiéis a acatar todos os dogmas católicos. Utilizava-se penas cruéis, torturavam para confessar pecado, condenavam os "infiéis" a fogueira. O fogo simbolizava a purificação, configurava a ideia de desobediência a deus e ilustrava a imagem do inferno. Este tribunal tinha natureza política e atuava em toda Europa e fora também. O direito canônico não era nada simpático.

Felizmente isto mudou. No Ocidente, os preceitos de natureza religiosa, de natureza moral e de natureza jurídica procedem de fontes diferentes. Quando contrariados, provocam uma sanção diferenciada ao infrator. Os preceitos religiosos têm origem extra-humana, quando violados provocam uma sanção "divina", nesta ou em outra vida. Hodiernamente, não há mais um tribunal estatal-religioso para julgar os fiéis. As leis religiosas são internas e não têm mais autoridade estatal para impor aos fiéis alguma conduta.

Os preceitos morais ou éticos, apesar de ainda serem discutidos pelos filósofos, têm origem e uma sanção dentro da consciência humana. Podem também produzir uma sanção administrativa no caso de infração a códigos de ética profissionais.



As regras jurídicas procedem do poder soberano do Estado. Quando violadas, o ofendido recorre aos tribunais que condenam o infrator. Se este resistir, aplica-se a força. As leis jurídicas indicam aquilo que na sociedade "deve ser". Por isso, o direito é chamado de ciência do deve-ser, ao contrário do mundo material que apenas "é". Estes conceitos estão na filosofia do direito de Kelsen. A moral e as religiões também são sistemas normativos do mundo do deve-ser.

A moral, a religião e o direito, como são normas de conduta, apresentam um campo comum. Cada uma destas disciplinas, no entanto, apresenta áreas próprias e exclusivas. Podemos citar algumas diferenças: a moral tem um campo de ação mais amplo do que o do direito; a moral se preocupa com o fórum íntimo do indivíduo, enquanto que ao direito interessa apenas a ação exterior do homem; o direito, em regra, estabelece sanções mais concretas e imediatas. Diferentemente da moral e das religiões, o direito verifica-se uma estrutura escalonada de normas que, ao final, perfazem uma unidade. Milhões de leis desembocam em poucas regras constitucionais. Explicando: no direito, uma norma indica a formação doutra, bem como seu conteúdo. Daí o escalonamento em que uma norma constitui o fundamento doutra.

Para sedimentar a ideia, vejamos uma diferenciação prática entre moral, religião e direito no Decálogo bíblico. Este contém normas religiosas, mas quatro dos dez mandamentos bíblicos interessam tanto ao direito, como a moral. São eles: homicídio, furto, adultério, falso testemunho. Além desses, outros três interessam também à moral: não desejar a mulher e a casa do próximo, honrar o pai e a mãe. Os outros são bajulações a Jeová e interessam apenas às religiões.

Estados teocráticos não oferecem distinção entre direito, moral e religião. Nestes países, o poder político, moral e religioso se confunde e seus líderes regulam todos os aspectos da vida humana. Eles intrometem na vida sexual das pessoas, na alimentação, vestuário, até o que se pode ouvir, ver e falar. Tais interferências são em nome de um deus, mas tais líderes não tem procuração divina. As teocracias suprimem a liberdade, igualdade, democracia e até direitos humanos. Existe apenas deveres em nome de um deus. Hodiernamente, a maioria dos estados é laica (separação de estado e de religião).



A secularização foi um processo lento, mas manteve, via de regra, a liberdade religiosa e o pluralismo religioso. Porém, alguns estados de esquerda aniquilaram as religiões.

O direito, a moral, as religiões também querem padronização de comportamento. O direito regula o comportamento, visando uma padronização, assim como as religiões e a moral que regula a sociedade através dos usos e costumes. Mas não só elas, a gramática também é padronizada/normatizada pela academia, pelos escritores, pelo governo, pelos usos e costumes. A beleza também é padronizada pela mídia, pela sociedade. A ABNT normatiza suas normas técnicas. A academia da ciência também padroniza seus trabalhos. Em nossa casa, padroniza-se o comportamento pessoal e da família. A liberdade é condicionada as regras e a responsabilidade. Enfim, a padronização estabelece uma ordem social e visa uma unificação dentro da diversidade.

A física e a biologia buscam padrões na natureza, generalizar e estabelecer leis para poder prever o futuro. Dado um estado inicial, o estado seguinte é consequente do primeiro. Similarmente, a ciência do direito, a ética e as religiões padronizam o comportamento social. Assim estabelecem uma ordem social e podem prever o futuro. Padrões demonstram que se soltar um objeto ao ar, ele vai cair. Nós podemos prever isso. Esta ordem física reflete na ordem social. Esta proíbe matar uma pessoa. Então, via de regra, podemos sair de casa e passear pelas ruas da cidade sem que ninguém venha nos matar. Céticos vão alegar que a ordem social apresenta exceções. É verdade. Mas, mesmo na ordem física podem ocorrer exceções. Um balão de hélio vai subir em vez de cair. Parapsíquico com o uso da telecinesia pode segurar algo no ar, senão na vida real, pelo menos no mundo do cinema.

De um prisma individual, o homem também vai estabelecendo padrões ao estar inserido em uma cultura. Ele escova os dentes diariamente, mas alguns vão escovar os dentes antes do café da manhã, enquanto outros preferem escovar depois do café. As leis naturais dão estabilidade a realidade material e previsão de futuro. Igualmente, as leis humanas dão estabilidade à sociedade, pois permite prever o comportamento de todos humanos. As chamadas leis humanas são consideradas não naturais ou artificiais, como se o homem não fizesse parte da natureza e pudesse se isolar.



Enquanto, a física e a biologia enfrentam dois problemas que nós chamamos de legalização das leis e a natureza destas leis, o direito, a ética e as religiões têm solução para estas questões. O acesso intelectual a tais leis não está no mundo sensível, mas no mundo imaginado e acessado através da razão. A ordem social é regulamentada pelas leis humanas. Mas quem regulamenta as leis ditas naturais? Se perguntar para as ciências biofísicas, quem estabeleceu as leis naturais e onde estão escritas estas leis, a física e a biologia vão falar em natureza. A natureza se auto regulamentaria? Esta natureza é uma entidade consciente que regulamentou as leis naturais? Se não, natureza, o acaso e o nada se misturam. Se sim, temos a natureza como um outro nome para a palavra deus.

As leis humanas geralmente resolvem o problema da legalidade com um processo político. As leis devem vir de uma autoridade. O povo elege seus representantes parlamentares que lhes permitem produzir leis para regulamentar o comportamento humano a partir de padrões morais, sociais, econômicos e culturais vigentes. Estas leis são sancionadas pelo chefe do executivo e passa a valer para todo cidadão. A legitimidade destas leis dá uma estabilidade, harmonia e ordem para a sociedade, igualmente as leis biológicas dão uma ordem estável para a vida. As religiões monoteístas vão dizer que as leis vêm da autoridade de Deus. Este é o Criador de tudo e de todos. Sendo assim, ele impôs suas leis que estão escritas num livro sagrado, ditado por Ele. O decálogo teria sido escrito em pedras diretamente por Ele e as outras leis seriam inspiradas por Ele, apesar de ser escrita pelo homem.

A biologia e a física vão advogar que as leis naturais não provem da autoridade de um homem ou de deus, mas "emanam da natureza". Não se sabe o que estas ciências querem dizer com isto, mas é certo que a natureza das "leis naturais" é metafísica. Tais leis não são acessíveis pelos sentidos, pois não se veem tais leis, não se ouve tais leis e nem se cheiram tais leis. Inicialmente, a observação de método científico necessita dos sentidos humanos. Depois, os dados sensoriais viram informação metafísica que interage com outras no sistema intelectual e resultam em representações metafísicas, sejam linguísticas ou matemáticas.



A questão da natureza das leis biológicas e físicas também passa pelo metafísico, pois tais leis são processadas pela mente, uma base metafísica, com instrumentos igualmente metafísicos como a linguagem e a matemática. Apesar de estabelecer padrões e regular a vida, as leis biológicas não estão explícitas na natureza. Não podemos também cheirá-las, tocá-las, saboreá-las, tateá-las, vê-las e nem mesmo ouvilas como gosta a ciência empirista, mas temos que processá-las na mente, temos que interpretá-las metafísicamente. A lei da evolução não está "escrita" na natureza, mas podem ser vislumbradas mentalmente. Neste sentido as leis biológicas, assim como as leis físicas são leis metafísicas e não físicas.

Além desta problemática, a ciência também enfrenta o problema da responsabilidade. Para a ciência determinista, a consciência não possui liberdade de escolha. Toda ação é reflexo da causa e efeito dentro de mecanismos biológicos. Assim, a questão da responsabilidade não é enfrentada pela biologia. Comportamentos antissociais como homicídio e estupro seriam comportamentos naturais como ocorre no mundo animal. Não existe o "certo" e o "errado" no mundo animal-vegetal. Quando o leão degusta uma zebra, ele o faz pelo imperativo categórico biológico da alimentação e sobrevivência.

Até quando funciona o determinismo biológico? O dualismo causa-efeito na biologia funciona naturalmente até a chegada do livre-arbítrio, quando funciona o dualismo existencial. A existência de algo envolve a negação. "Ser ou não-ser". No reino animal, a alimentação e a reprodução funcionam como causa e efeito, sem poder de escolha. Diante da comida, o animal come, se não é comida, não come. Diante de uma fêmea no cio, o macho pratica o sexo. Diferentemente, o homem pode escolher fazer um jejum ou uma dieta em vez de comer o alimento. Quanto ao sexo, o homem pode escolher não fazer sexo em razão da castidade ou quando não quer a reprodução de filho.

Com a chegada do livre-arbítrio, a causa e efeito continuam vigorando. A liberdade de escolha atua apenas na causa que gera um efeito obrigatório. A melhor parábola de inspiração bíblica é a da semeadura e da colheita: você pode escolher plantar arroz ou feijão, mas depois da escolha não se muda o efeito; se plantar feijão vai



colher feijão. A escolha do bem e do mal funciona metaforicamente na colheita. Plante o bem e receba o bem. A ciência do direito vai responsabilizar as ações humanas danosas. Matar alguém é crime disposto no código penal em seu artigo 121 que também dispõe a pena privativa de liberdade para tal prática. Matar alguém é também um ilícito religioso constado no decálogo, mas a penalidade seria em um mundo metafísico ou no inferno religioso.

Ao contrário das ciências biofísicas, as ciências sociais e as religiões oferecem valores filosóficos universais em sua doutrina como a igualdade e liberdade. Para regulamentar mandamentos das religiões cristãs, Deus teria criado os homens livres e iguais. Por causa da filiação divina, o homem seria dotado de direitos humanos. Oriunda desta ideia, a ordem social afirma ter origem em princípios universais como liberdade e igualdade. A Constituição Federal do Brasil, similarmente a Declaração de Independência Americana, prega em seu preâmbulo a existência de Deus. Este Deus criou os homens iguais e livres. O direito de igualdade das leis vem da ideia de igualdade do cristianismo. Este defende uma alma de origem divina e todas as almas são iguais e livres perante Deus.

A biologia vai dizer que as pessoas não foram criadas e não são iguais. Elas evoluíram e a evolução não é para ser igual para todos. A liberdade é um ideal político e não um fenômeno biológico. Não existem direitos de igualdade e liberdade na biologia que acredita em um processo evolutivo cego e sem propósito para a vida e o universo. A biologia vê apenas células, órgãos, habilidades físicas, características biológicas. Os pássaros voam não porque têm direitos, mas porque tem asas.

Nesta toada, a ciência biológica gosta de ver a realidade em termos de determinismos biológicos. A vida seria uma máquina biológica entre 2 nadas; o nada antes do nascimento e o nada depois da morte. Ela não entra na questão da responsabilidade. Se formos máquinas biológicas deterministas, não temos o livre-arbítrio. As regras, moral, ética não fazem sentido para a biologia. Então, como iremos punir máquinas? Se não existe liberdade de escolha, tudo está predeterminado. Tudo está justificado. Estupros, vícios, homicídios, genocídios estão justificados numa existência única e mecânica.



Desigualmente, as ciências das direito, as filosofias da ética e as religiões vão funcionar com princípios diferentes da biologia. Podemos escolher entre o bem e o mal. Defendemos, não só os direitos humanos, mas também os direitos da vida. Defendemos o espírito humano. Sem a ética, o direito, a religião, passaria a valer o aproveitamento máximo da vida. O vale tudo pelo prazer extremo. Crimes e paixões são justificados se o universo não tem propósito. Tudo está justificado num universo sem finalidade. A vida tem propósito no final, mas tem um ato de vontade antes.

Os valores de igualdade e liberdade teve sua gênese na Grécia. Os gregos debruçaram sobre conceitos de igualdade e a democracia. Apesar do ideal de liberdade, este não valeria para escravos. Fundada em Atenas por Zenão de Cítio, o estoicismo buscou leis universais que regulassem tudo. Advogavam a dignidade do homem, possuidor de direitos inatos e iguais em todo mundo apesar das diferenças. Assim, defendiam a dignidade de escravos como a de um ateniense. A riqueza de uns não tinha importância para os estoicos, pois era algo externo e efêmero. Sêneca asseverou: "Lembra-te, com simpatia, de que aquele a quem chamas de escravo veio da mesma origem, os mesmos céus lhe sorriem, e, em iguais termos, contigo respira, vive e morre."

Racionalistas, os estoicos acreditavam que a razão universal (logos) leva ao conhecimento e tudo estava escrito na natureza. Eles eram cosmopolitas, pois todos humanos constituiriam revelações do espírito universal. Pregavam a fraternidade, um deveria ajudar o outro e vice-versa. Os filósofos estoicos, em amor fraternal, ajudaremse uns ao outros de maneira eficaz. Discursos notórios foram registrados. Epicteto afirmou: "cada ser humano é, primeiro, um cidadão da sua comunidade; mas também é membro da grande cidade dos homens e deuses". Em sintonia com ele, Diógenes de Sínope disse: "Eu não sou nem ateniense nem coríntio, mas um cidadão do mundo".

Mais de 2 milênios depois do ensinamento dos estoicos, uma entidade internacional (ONU) proclamou na Declaração Universal de Direitos Humanos: "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Esta declaração vale para todos seres humanos de nosso orbe. Todo homem tem dignidade e não pode ser submetido a escravidão. Cada ser humano tem sua individualidade e deve ser



devidamente respeitada. A CF 88 vai replicar isto em seu artigo 5°: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Hodiernamente, a política e a justiça fundamentam sua estrutura nos valores de liberdade e igualdade. A ética também baseia na ideia estoica-cristã de alma livre e igual. A maior questão filosófica-política da humanidade hoje é falta de conciliação política entre igualdade e liberdade. Como ajustar o máximo possível de liberdade com o máximo possível de igualdade. Este é um dos valores do Anarquismo. Anarquistas dirão que muita igualdade sem liberdade é prisão e muita liberdade sem igualdade é injusto.

O valor igualdade é valorizado por grupos políticos que combatem a grande desigualdade entre ricos e pobres. Chamados popularmente de esquerda, temos o socialismo, o comunismo e o anarquismo. Defendendo a liberdade, temos o chamado políticos de direita que pregam liberdade de empreender. Historicamente, vemos que a esquerda só produz riqueza para os governantes e a população é toda "igualada" por baixo, a maioria bem próximo da pobreza. Em oposição, a direita produz ricos em vez de produzir riqueza. A humanidade ainda tem o desafio de produzir "riqueza" para todos ao invés de poucos. Esta riqueza deve equacionar o mínimo de recursos para se ter o máximo de felicidade. O acesso ao conhecimento seria vital nesta equação.

A ciência e a biologia não vêm os valores da igualdade e liberdade na natureza. Entre outros estudiosos, médicos pesquisam o funcionamento do corpo humano e não encontram a alma. Mas encontram sinapses, hormônios e genes, mecanismos biológicos que "determinam" a conduta do homem. Sem um espírito por trás deste mecanismo, o livre-arbítrio seria descartado. As mesmas forças biológicas que determinam o comportamento de insetos determinariam a conduta do homem.

A ordem social não consegue conciliar seus maiores valores, mas a ordem metafísica concilia os valores liberdade e igualdade. Os valores igualdade e liberdade existem até matemática. Nós temos liberdade de juntar e interagir os números, mas esta interação vai produzir um resultado único. Temos a liberdade de adicionar o número 2



ao 3 e assim temos a igualdade em 5. Liberdade para escolher números e interação, igualdade ou determinismo no resultado. Esta liberdade e igualdade também estão na linguagem e na lógica. As ciências ditas biológicas não vêm a liberdade e a igualdade como valores naturais. Tais valores são de uma ordem metafísica.